

A instrumentalização de gênero e religião nas eleições brasileiras de 2022: O(s) voto(s) das mulheres evangélicas

Sandra Duarte de Souza*

Resumo

Nos últimos anos vimos crescer a disputa pelo voto evangélico na política brasileira. Se é verdade que, no Brasil, há mais pessoas que se afirmam católicas do que aquelas que se afirmam evangélicas, o fato é que as pessoas que se declaram evangélicas tendem a destacar com mais força a sua identidade religiosa e, portanto, acionar essa identidade é uma importante estratégia política. A associação quase que natural entre evangélicos e conservadorismo, foi assumida tanto pela direita como uma qualidade, quanto pela esquerda como uma acusação, e isso tem impedido a percepção da complexidade que envolve o universo religioso e a forma como as “religiosas” negociam com a política. O contingente evangélico brasileiro é formado majoritariamente por mulheres, e mulheres eleitoras. Isso não foi ignorado pelas campanhas das diferentes candidatas e candidatos ao executivo e ao legislativo do país. O eleitorado feminino evangélico é estratégico e foi “objeto de desejo” de todos os candidatos e candidatas no último processo eleitoral. O presente artigo reflete sobre os posicionamentos de mulheres evangélicas acerca de temas acionados na campanha eleitoral de 2022. Concluiu-se que as mulheres tendem a avaliar mais em quem votar, pois suas preocupações envolvem desde gastos com alimentação, saúde e segurança, até o medo de destruição da “família”.

Palavras-chave: Eleições 2022; Mulheres Evangélicas; Gênero; Política

The instrumentalization of gender and religion in the 2022 Brazilian elections: The vote(s) of evangelical women

Abstract

In recent years, we have seen the dispute for the evangelical vote grow in Brazilian politics. If it is true that, in Brazil, there are more people who claim to be Catholic than those who claim to be evangelical, the fact is that people who declare themselves

* Doutora em Ciências da Religião, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo e coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero e Religião Mandrágora/NETMAL. E-mail sanduarte3@gmail.com

evangelical tend to highlight their religious identity more strongly and, therefore, activating this identity is an important political strategy. The almost natural association between evangelicals and conservatism has been assumed by both the right as a quality and by the left as an accusation, and this has prevented the perception of the complexity that surrounds the religious universe and the way in which “religious” women negotiate with politics. The Brazilian evangelical contingent is made up mostly of women, and women voters. This has not been ignored by the campaigns of the different candidates for the country’s executive and legislative branches. The evangelical female electorate is strategic and was the “object of desire” of all candidates in the last electoral process. This article reflects on the positions of evangelical women on issues triggered in the 2022 election campaign. It was concluded that women tend to evaluate more who to vote for, because their concerns range from food, health and safety expenses, to the fear of the “family’s destruction”.

Keywords: Elections 2022; Evangelical Women; Gender; Politics

La instrumentalización de género y religión en las elecciones brasileñas de 2022: El voto de las mujeres evangélicas

Resumen

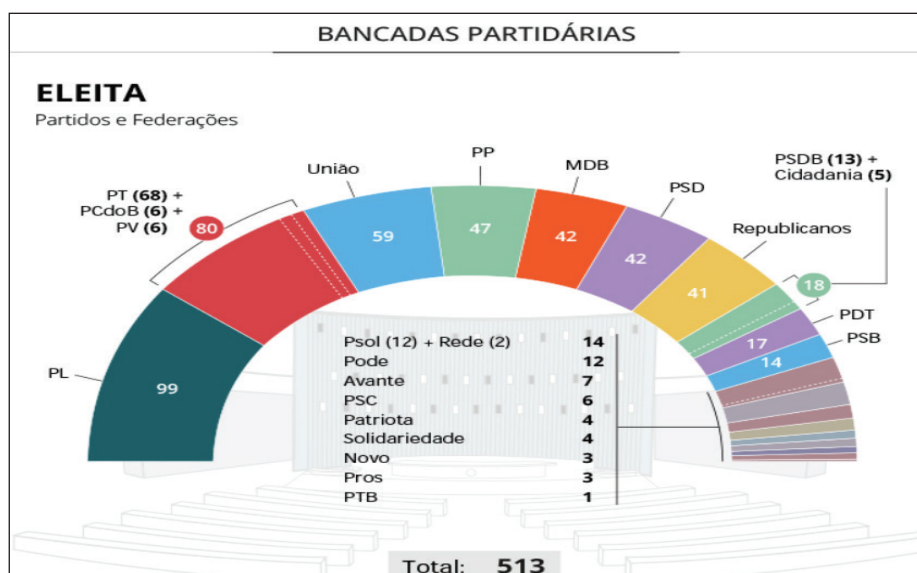
En los últimos años, hemos visto crecer la disputa por el voto evangélico en la política brasileña. Si bien es cierto que, en Brasil, hay más personas que dicen ser católicas que las que dicen ser evangélicas, el hecho es que las personas que se declaran evangélicas tienden a resaltar su identidad religiosa con más fuerza y, por lo tanto, activar esta identidad es una estrategia política importante. La asociación casi natural entre evangélicos y conservadurismo ha sido asumida tanto por la derecha como una cualidad como por la izquierda como una acusación, y esto ha impedido la percepción de la complejidad que rodea al universo religioso y la forma en que las mujeres “religiosas” negocian con la política. El contingente evangélico brasileño está compuesto mayoritariamente por mujeres y mujeres votantes. Esto no ha sido ignorado por las campañas de los diferentes candidatos a los poderes ejecutivo y legislativo del país. El electorado femenino evangélico es estratégico y fue el “objeto de deseo” de todos los candidatos en el último proceso electoral. Este artículo reflexiona sobre las posiciones de las mujeres evangélicas sobre temas desencadenados en la campaña electoral de 2022. Se llegó a la conclusión de que las mujeres tienden a ser más evaluativas sobre por quién votar, ya que sus preocupaciones van desde los gastos de alimentación, salud y seguridad, hasta el miedo a la destrucción de la “familia”.

Palabras clave: Elecciones 2022; Mujeres Evangélicas; Género; Política

O gênero e a raça do Congresso Nacional

O processo eleitoral brasileiro de 2022 teve como resultado a acentuação da força de partidos que se proclamam conservadores e de

direita. Destaque especial deve ser dado para o Partido Liberal (PL)¹, que conseguiu eleger 99 deputados, sendo 17 mulheres (17%). As mulheres do PL representam 19% da bancada feminina na Câmara dos Deputados a partir de 2023. O PL tem hoje a maior bancada na Câmara dos Deputados. Já a Federação Brasil da Esperança (do PT com o PCdoB e o PV), identificada como progressista e de esquerda, elegeu 80 deputados, sendo 20 deputadas, isto corresponde a 25% dos eleitos pela sigla. A configuração da Câmara, de acordo com o número de parlamentares eleitos e eleitas por partido, ficou da seguinte forma²:



Essa configuração, porém, precisa ser esmiuçada, no sentido de ser vista para além dos números totais por partido. Podemos afirmar que o sexo e a cor do Congresso sofreram uma alteração significativa?

A história republicana brasileira é uma história blindada à participação de mulheres. Ainda hoje há uma subrepresentação de mulheres no Congresso

1 Partido ao qual, até a presente data, o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, está vinculado.

2 Gráfico publicado no site da Câmara dos Deputados. “PL desponta como maior bancada da Câmara, seguido pela federação liderada pelo PT”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911504-pl-desponta-como-maior-bancada-da-camara-seguido-pela-federacao-liderada-pelo-pt/> Acesso em: 23 de nov. 2022.

Nacional (na política partidária como um todo)³. Somos um país de maioria feminina negra/parda e pobre governado por uma maioria branca masculina. Isso tem impacto direto na governança do país, na definição das prioridades de governo, de políticas públicas e de distribuição de recursos públicos. Em que medida um parlamento branco, masculino, cisgênero e heterossexual, advindo majoritariamente da classe alta, se interessará por pautas das pessoas negras e indígenas, das mulheres, da população LGBT e da população empobrecida?

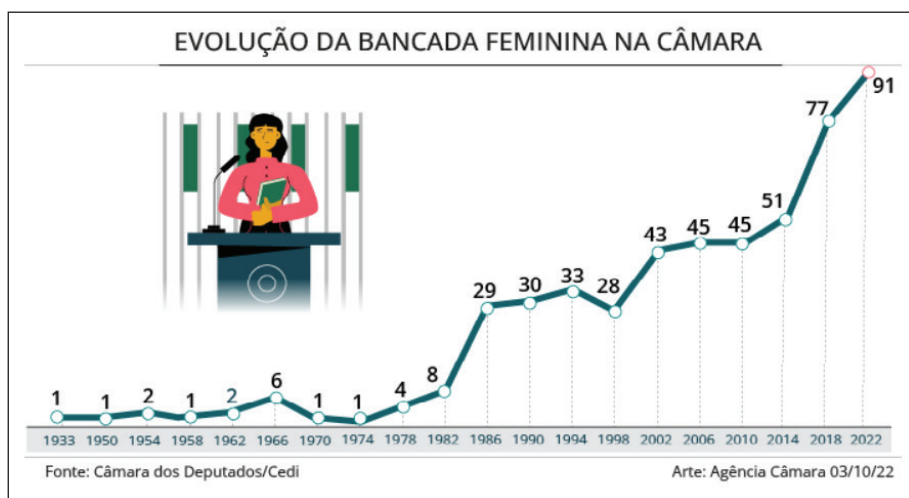
É verdade que aumentou o número de pessoas negras eleitas no pleito de 2022. Se compararmos os dados disponibilizados no Portal da Câmara dos Deputados, em 2014 havia 102 deputados e deputadas que se declaravam pretos e pardos; em 2018 eram 123, e em 2022 chegaram a 134, ou seja, um crescimento de 8,94% em relação à legislatura anterior, conforme podemos observar no gráfico abaixo⁴:



³ A Emenda Constitucional 111, de 2021, aumentou os recursos do Fundo Partidário para partidos com mais candidaturas de mulheres e de pessoas negras. Além disso, a Lei das Eleições possui uma regra que obriga todos os partidos a terem, no mínimo, 30% de candidaturas de cada gênero para o Legislativo. Já o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) tem uma resolução que determina o repasse de pelo menos 30% do FEFC para as candidatas...

⁴ Gráfico publicado no site da Câmara dos Deputados. Número de deputados pretos e pardos aumenta 8,94%, mas é menor que o esperado. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911743-numero-de-deputados-pretos-e-pardos-aumenta-894-mas-e-menor-que-o-esperado/> Acesso em: 22 de nov. 2022.

Para um país majoritariamente negro, nossa Câmara é demasiadamente branca. O mesmo ocorre em relação às mulheres. Para um país de maioria feminina, nossa Câmara é demasiadamente masculina⁵. Pode-se verificar um ligeiro aumento da representação de mulheres na Câmara dos deputados nas eleições de 2022 (ainda abaixo da média mundial, que é de 26,4% - e que também é muito baixa). As mulheres eleitas representam 17,7% do total de deputados. São 91 deputadas e 422 deputados, conforme podemos ver no gráfico evolutivo disponibilizado na página da Câmara Legislativa⁶:



Ainda não votamos em mulheres no nosso país, e isso tem inúmeras consequências. Quem tem discutido os direitos das mulheres e pautado o que é importante para esse segmento, são majoritariamente homens. E, apesar de serem as mulheres as que estão mais envolvidas com o cotidiano da família e

⁵ O TSE lançou, em junho de 2022, a nova campanha Mais Mulheres na Política 2022. Exibida nacionalmente em emissoras de rádio e de televisão, redes sociais da Justiça Eleitoral e no Portal do Tribunal, a campanha enfatiza a diferença entre o Brasil real, de forte presença feminina, e o Brasil político, universo no qual as mulheres ainda são minoria. Apesar da cota de no mínimo 30% de candidaturas de mulheres, estabelecida em 1997, mas sempre “contornada” com interpretações convenientes da lei, o fato é que atingimos esse mínimo só recentemente (e mesmo assim há muitas candidaturas laranja), enquanto países como a Argentina, Bolívia, Costa Rica e México já trabalham com paridade nas candidaturas de homens e mulheres.

⁶ Gráfico publicado no site da Câmara dos Deputados. “Bancada feminina aumenta 18,2% e tem duas representantes trans. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911406-bancada-feminina-aumenta-18-e-tem-2-representantes-trans/> Acesso em: 22 de nov. 2022.

com suas demandas, e as que mais efetivamente sabem de suas necessidades, quem tem chamado para si a pauta da família também são os homens. São eles os que decidem sobre os direitos reprodutivos das mulheres, sobre suas necessidades e também sobre o que é prioritário quando o tema é a família. Em outras palavras, a presença diminuta de mulheres na política colabora com a perpetuação de um fazer político, androcentricamente determinado, ou seja, um fazer político cuja prioridade não é a vida das mulheres.

Se falarmos de parlamentares negras ou pardas, a questão é ainda mais grave. A maioria das mulheres brasileiras se autodeclara como negra ou parda, e tem demandas relacionadas à sua condição de gênero, raça e classe, mas, quando olhamos para as parlamentares negras no Congresso, mesmo com o incremento dessa presença na legislatura que cobrirá os anos de 2023 a 2026, pois o número de deputadas negras mais que dobrou, elas são apenas 29 deputadas, e isso demonstra a perversidade de um fazer político cujo projeto ignora as vidas das mulheres pretas.

A gravidade da exclusão étnico-racial se verifica também na tímida presença indígena na Câmara Federal. Das cinco pessoas indígenas eleitas para a 57^a. Legislatura (2023-2026), quatro são mulheres: Célia Xakriabá (PSOL-MG); Juliana Cardoso (PT-SP); Silvia Waiãpi (PL-AP) e Sônia Guajajara (PSOL-SP). O homem eleito é Paulo Guedes (PT-MG). As mulheres autodeclaradas indígenas, Célia Xakriabá, Juliana Cardoso e a Sônia Guajajara, fizeram parte da equipe de transição do governo eleito em 2022, sendo que Sônia Guajajara é a atual ministra dos povos indígenas do Brasil.

O último pleito eleitoral teve também um feito inédito. Pela primeira vez, o eleitorado brasileiro elegeu duas deputadas federais trans: Erika Hilton, do PSOL-SP e Duda Salabert, do PDT-MG, que antes de se tornarem deputadas, atuaram como vereadoras em São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG), respectivamente.

Apesar de não haver garantia de que as/os representantes dessas “minorias políticas” atuarão em defesa dos seus direitos e pela redução das assimetrias sociais, étnico-raciais e de gênero, sua presença no cenário político institucional provoca fissuras no masculino, branco e heterossexual “mundo da política”. A ausência de pessoas negras, indígenas, mulheres e pessoas LGBTQ+ na política institucional, significa também a ausência de discussão, proposição e aprovação de pautas relacionadas a esses grupos. Esse déficit de representatividade política implica na indiferença a esses segmentos, na não proposição ou na precarização de políticas públicas voltadas para eles. Sem

peças negras ou indígenas na Câmara, haverá propostas de projetos voltados para essas populações? Sem uma representatividade LGBT no Congresso, serão propostas políticas públicas que visem o enfrentamento da violência contra esse segmento, e a defesa de suas pautas? A não representação de mulheres de algumas regiões do país na Câmara Federal, como Alagoas, Amazonas, Paraíba e Tocantins, que não elegeram nenhuma deputada federal no último pleito, impacta no fluxo e qualidade de propostas para mulheres dessas regiões? Enfim, essas perguntas nos ajudam a problematizar essas ausências e pensá-las como mecanismos úteis para o exercício de poder de grupos hegemônicos. Afinal, “a diversificação das vozes é um primeiro passo para a diversificação das pautas, para a ampliação das interlocuções, para a percepção de outras demandas.” (SOUZA, 2015, p. 1279)

A configuração religiosa do Congresso Nacional

Durante muitos anos a configuração religiosa do Congresso Nacional ficou à margem das pesquisas sobre política no Brasil, talvez por certa acomodação à realidade da hegemonia católica dos parlamentares e a menor evocação de princípios religiosos no seu fazer político. Com o processo Constituinte, a partir de 1986, essa situação mudou, pois mudou também a forma como a religião passou a ser acionada pelos novos atores políticos que advieram de segmentos evangélicos especialmente de grupos pentecostais e neopentecostais. Isso é bem demonstrado por Pierucci (1989) e Freston (1993), que se debruçaram sobre a análise da presença evangélica na política partidária brasileira desde o processo constituinte, explicitando o incremento de sua participação na definição da agenda política do país. Tal participação, redesenhou o mapa religioso da política brasileira.

Da década de 1980 para cá, os parlamentares autodeclarados evangélicos foram ganhando capilaridade social e construíram uma importante base. Há que se destacar que sob a expressão “políticos evangélicos”, há uma diversidade político-teológica nem sempre observada nos escritos sobre o tema e que escapa às análises homogeneizantes da presença evangélica na política⁷, porém, é verdade que essa presença é predominantemente conservadora e tem se consolidado diante da opinião pública como “defensora dos valores tradicionais”. É com esse slogan que a Frente Parlamentar Evangélica tem se apresentado nos últimos pleitos e tem se alinhado com

⁷ A esse respeito, ver CUNHA, 2021 e CUNHA & MOURA, 2021.

outros setores conservadores no Congresso. Mais recentemente, o tema da “defesa da família” foi acionado como importante estratégia para a geração de identificação com essa ala religiosa na política. O projeto neoliberal conservador encontrou pleno apoio nos deputados e deputadas evangélicos alinhados com essa ideologia, e isso se acentuou nas duas últimas eleições majoritárias no país.

O processo eleitoral de 2022 foi bastante disputado, mobilizou distintos setores da sociedade e manifestou a radicalização de uma divisão antagonística que já estava em curso nos processos eleitorais recentes, mas que, segundo Joanildo Burity (2023), tomou contornos bem mais definidos e ganhou força a partir da movimentação pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que culminou no seu afastamento do governo em 2016. É aí que Burity localiza o acirramento de uma divisão que indicaria a perda da hegemonia do PT ou do “lulismo” e o vislumbamento da possibilidade real de consolidação de uma direita cristã hegemônica no país.

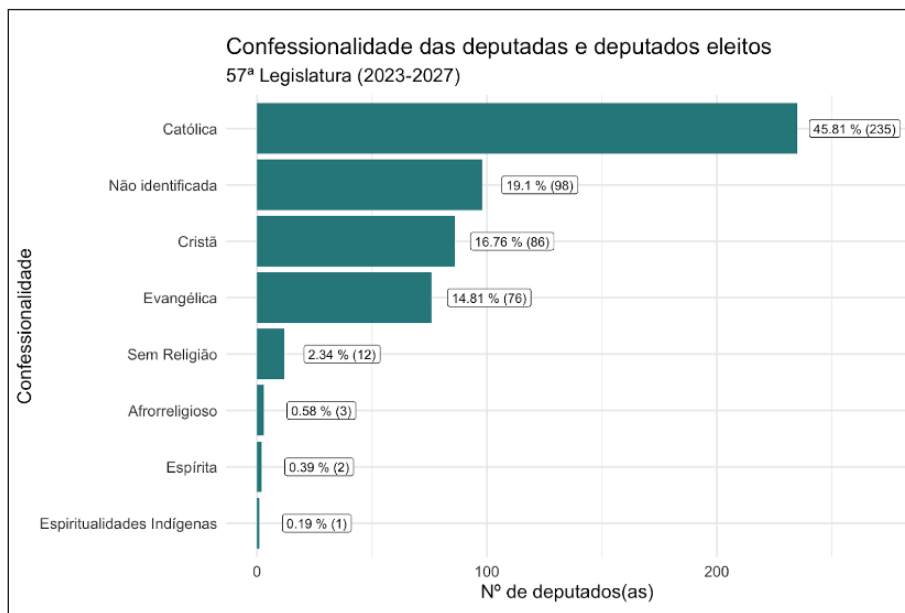
Como assinalam Rafael Bruno Gonçalves e Alba Zaluar, referindo-se às igrejas às quais os parlamentares evangélicos afirmam pertencer, a maioria deles estaria

vinculada a partidos de direita e centro-direita, de acordo com o espectro ideológico. Esta conexão persistente ao longo dos anos demonstra o crescimento de um novo movimento político conservador, mais preocupado em atacar a ciência e as medidas de reconhecimento de gênero ou de diversidade religiosa (GONÇALVES e ZALUAR, 2019, p. 113, tradução nossa)⁸.

Efetivamente, há da parte da maioria dos parlamentares evangélicos no Congresso Nacional, um esforço no sentido de se afirmarem anticiência, de publicizarem posições contrárias aos direitos reprodutivos e sexuais e às ações voltadas para a afirmação da diversidade religiosa. Trata-se de um movimento que evoca uma identidade político-religiosa – “evangélico de direita” – como um trunfo em relação aos demais. Mas, como a presença evangélica na política está distribuída em termos de sexo e raça? Quem são as deputadas evangélicas eleitas no pleito de 2022?

⁸ “The majority of parliamentary members are linked to parties of right and centre-right positions, according to the ideological spectrum. This persistent connection over the years demonstrates the growth of a new conservative political movement more concerned with attacking science, and procedures for acknowledging gender or religious diversity”.

O Instituto de Estudos de Religião (ISER, 2022a), fez um levantamento da confessionalidade dos deputados e deputadas, apontando que o Parlamento segue com predominância católica (235). Os que se afirmam evangélicos (76) cresceram, porém, não conforme o projetado pelos próprios integrantes da Frente Parlamentar Evangélica. Na pesquisa do ISER, também foram qualificados aqueles que se declararam genericamente como “cristãos”. Segundo o levantamento, 86 parlamentares se afirmaram “cristãos”, mas 28 deles têm uma identificação denominacional, sendo oito católicos e 20 evangélicos. Sendo assim, 96 parlamentares se declaram ou têm alguma vinculação com a fé evangélica. Quanto às demais confessionalidades, 12 se declararam sem religião, três de religiões de matriz afro, dois espíritas e uma de espiritualidade indígena. O gráfico⁹ a seguir permite a visualização da composição da Câmara dos Deputados segundo a identidade religiosa:



9 Gráfico elaborado pela Equipe Religião e Política do ISER. “Pesquisa do ISER levanta mapa da identidade religiosa dos deputados e deputadas federais empossados”, 2022. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/pesquisa-do-iser-levanta-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-diplomados/> Acesso em: 03 de jan. 2023.

A maioria dos deputados e deputadas advém de igrejas pentecostais e neopentecostais, e está ligada a partidos de direita e centro direita. Apenas cinco (5,2%) dentre os 96 parlamentares evangélicos estão vinculados a partidos de esquerda, sendo de diferentes denominações religiosas e, o mais interessante é que dos cinco, três são mulheres: Rejane Dias (PT – Igreja Batista); Benedita da Silva (PT – Igreja Presbiteriana Betânia) e Marina Silva (REDE – Assembleia de Deus do Novo Dia).

Das 91 parlamentares eleitas, o ISER identificou que 20 são evangélicas (22%)¹⁰, sendo quatro da Assembleia de Deus (de diferentes ministérios), três da Igreja Universal do Reino de Deus, três da Igreja Batista, uma da Igreja Nova Vida, da Igreja Presbiteriana Betânia, da Igreja Internacional da Graça, da Igreja Santa Geração e da Igreja Mundial do Poder de Deus, além de cinco que se afirmam evangélicas, porém, sem especificar a denominação.

Em termos étnico-raciais, as mulheres pretas correspondem a 20% das parlamentares evangélicas, sendo tal representatividade, superior ao conjunto das demais deputadas, que não ultrapassa 14%. Em se tratando de mulheres pardas, elas correspondem a 35% das evangélicas, enquanto entre as não-evangélicas, elas representam 14% desse segmento. Se é verdade que entre as deputadas eleitas predominam as mulheres brancas, as evangélicas são menos brancas do que as demais. Porém, em termos ideológicos, como já indicamos anteriormente, são majoritariamente filiadas a partidos considerados e autodeclarados de direita. Basicamente, 75% das deputadas se concentram nos seguintes partidos: REPUBLICANOS (5), PL (4), UNIÃO (4), PP (1) e PODE (1). A única indígena declarada entre as evangélicas, Silvia Waiãpi, é filiada ao PL.

No senado, a assimetria entre homens e mulheres também é grande, havendo 66 senadores e 15 senadoras na atual legislatura, o que corresponde a 19% de mulheres naquela casa. Das quinze senadoras, sete foram eleitas no último pleito. Duas eram suplentes de senadores que assumiram ministérios no governo Lula: Ana Paula Lobato, do PSB, que assumiu no lugar de Flávio Dino (PCdoB), e Jussara Lima, do PSD, que substituiu Wellington Dias (PT) na cadeira. Duas senadoras se declaram evangélicas: Damares Alves (Batista Lagoinha) e Eliziane Gama (Assembleia de Deus). Soraya Thronicke se juntou à FPE, porém, é católica.

Em relação à cor, apenas 25% dos senadores e senadoras se declaram

10 Gráfico elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa do Instituto de Estudos de Religião (ISER, 2022).

pretos ou pardos, enquanto 75% do senado se declara branco. Há apenas uma senadora autodeclarada preta: a assembleiana Eliziane Gama, do Cidadania.

Eleições e a disputa pelo “voto da mulher evangélica”

Nos últimos anos vimos crescer a disputa pelo chamado “voto evangélico” na política brasileira. É sabido que há mais brasileiros e brasileiras que se afirmam católicos do que aqueles e aquelas que se afirmam evangélicos, porém, por diversos motivos, as pessoas que se declaram evangélicas tendem a destacar com mais força a sua identidade religiosa e, portanto, o acionamento dessa identidade é uma importante estratégia política que, como pudemos observar nos últimos pleitos, foi bastante eficaz na “conversão” de votos para diversos candidatos e candidatas.

Apesar de boa parte da mídia estar mais atenta a esse fenômeno especialmente a partir do pleito de 2018 (quando Bolsonaro conquistou cerca de 30 pontos a mais do que Haddad junto aos evangélicos), essa tendência a disputar o “voto evangélico” já se evidenciava com força nas eleições de 2010 e tem sido regularmente discutida na área de Ciências da Religião e Teologia, entre cientistas sociais da religião e entre estudiosas feministas da religião. Isso falando apenas da academia, mas esse tema também tem sido discutido em outros espaços como Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), Koinonia, Rede de Mulheres Negras Evangélicas, Movimento Negro Evangélico, Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED), Rede Ecumênica da Juventude (REJU) etc.

A maior inserção de evangélicos no campo político, com visível aumento de seu contingente de representantes no congresso nacional, foi se construindo ao longo dos anos, com o aumento da adesão às igrejas evangélicas, em especial pentecostais e neopentecostais¹¹, e o conseqüente aumento da influência sobre seus e suas fiéis, bem como o aumento do poder de negociação política desse segmento, que passa a participar de forma decisiva na definição da agenda política do país.

Se o segmento evangélico, como insistem estudiosas e estudiosos, não pode ser tratado como um movimento uniforme e unanimemente engajado

¹¹ Se tomarmos os dados do Censo desde a década de 1980, quando temos um aumento importante da participação política de evangélicos por ocasião do processo constituinte, veremos que a porcentagem de pessoas que se declaravam evangélicas na década de 1980 era de 6,6%; em 1990 era de 9%; em 2000 era de 15,6% e em 2010, 22,2%. Ainda não temos o resultado do Censo 2022, mas outras pesquisas indicam que esse segmento teria atingido 31% da população do país. (DATAFOLHA, 2020)

na defesa conservadora de pautas morais, certamente esse é o setor mais “barulhento”. Barulhento no sentido de saber amplificar a sua voz e fazer parecer que fala por “todos” os evangélicos e evangélicas. Sob a expressão “nós os evangélicos” se esconde uma diversidade vivencial que não se limita a ser ou não ser “de direita” ou “de esquerda”, ser ou não ser conservador. Porém, essa associação quase que natural entre evangélicos e conservadorismo, foi assumida tanto pela direita como uma qualidade, quanto pela esquerda como uma acusação, e isso tem impedido a percepção da complexidade que envolve o universo religioso.

Mas, vamos às mulheres eleitoras. Segundo as informações disponibilizadas pelo TSE, as mulheres são 52,65% do eleitorado brasileiro. Isso quer dizer que há 8.329.000 mulheres eleitoras a mais do que homens. Só em São Paulo, maior colégio eleitoral do Brasil, as mulheres são 18.395.545, mais de 2.139.000 acima do número de homens votantes.

Esse enorme contingente de eleitoras não foi ignorado pelas campanhas das diferentes candidatas e candidatos ao executivo e ao legislativo do país. O eleitorado feminino é estratégico e foi objeto de desejo de todos os candidatos e candidatas. Mas isso não tem a ver apenas com o número superior de mulheres votantes. Quem são essas mulheres? Como chegar até elas? Que códigos acionar para capturar a adesão dessas mulheres?

Estamos falando de uma maioria esmagadora de mulheres pretas ou pardas, com baixa renda, mães, não necessariamente casadas, relativamente jovens, sendo boa parte chefes de família. As demandas de gênero recaem com muita força sobre essas mulheres, que são muito mais demandadas do que os homens no que se refere ao cuidado com a família, e aqui é necessário lembrar que estamos falando não apenas nem principalmente de família nuclear, mas de família estendida (marido, filhos e filhas, pai e mãe, sogro e sogra, genros, noras, tios e tias etc). De acordo com a pesquisa do ISER, intitulada “Mulheres Evangélicas, Política e Cotidiano” (2022b)¹², essas mulheres tendem a avaliar mais em quem votar. Elas se preocupam com o salário e com o preço dos alimentos, uma vez que, em grande medida, se não são as principais provedoras, são as gestoras dos ganhos e gastos familiares com a alimentação. Elas também se preocupam com a saúde, pois são as mais diretamente envolvidas com o cuidado. Outra preocupação das mulheres é com a segurança. Há uma hesitação delas nesse quesito. Elas apoiam a política

¹² Pesquisa realizada entre maio e julho de 2022 com 45 mulheres.

de controle da criminalidade, mas ao mesmo tempo se preocupam com a sua aplicação, pois em muitos casos visualizam seus próprios filhos ou outras pessoas das suas relações que estão na criminalidade ou que, mesmo não estando, são alvo preferencial das investidas de forças policiais. Portanto, o desejo de controle da criminalidade das ruas concorre com o medo de que os corpos pretos de seus filhos sejam objeto da criminalidade praticada pelo Estado. De certa forma, isso ajuda a entender a vantagem de Lula junto às mulheres desde o início da campanha. Mas essa vantagem foi se encolhendo à medida em que se exploraram narrativas que atribuíam a Lula e à esquerda, de maneira geral, a intenção de destruir “a família”, assim mesmo, no singular.

Não é demais afirmar que grande parte das mulheres brasileiras se declara cristã. E dentre elas, um contingente cada vez maior se declara evangélico. Estamos falando, portanto, de mulheres evangélicas, mulheres atravessadas por diferentes avenidas identitárias (CRENSHAW, 1989; AKOTIRENE, 2019). Elas não são “apenas” negras, “apenas” mulheres, “apenas” evangélicas”. Há uma confluência dessas identidades e, portanto, esse debate tem um nível de complexidade que não é possível capturar se falarmos em mulher evangélica como um bloco. Evangélica não é um adjetivo de mulher; mulher não é um adjetivo de evangélica; assim como preta não é um adjetivo de mulher ou de evangélica; ou pobre etc. Essas identidades são substantivas e se interseccionam nas vidas dessas mulheres.

As mulheres são maioria em todas as denominações evangélicas no Brasil sendo que, em algumas denominações, chegam a representar 70% da membresia (CENSO 2010). Elas também são, em geral, as mais ativas nas igrejas, as que dedicam mais tempo aos serviços religiosos e tendem a levar muito em conta o que dizem as lideranças religiosas, apesar de negociarem em alguns aspectos que colidem com seus interesses como mulheres, mães, esposas etc.

Como sabemos, o segmento evangélico é formado majoritariamente por pentecostais, e majoritariamente por pessoas negras (CENSO, 2010). Isso significa dizer que quando falamos em evangélicos no Brasil estamos falando sim em protestantes, em homens brancos de classe média, mas estamos falando primeiramente e principalmente em mulheres negras pentecostais periféricas, então, tratar da especificidade “mulher evangélica” para pensar “os evangélicos” no Brasil é quase uma redundância, pois o nosso olhar patriarcal racializado, nos faz visualizar “o evangélico”, assim mesmo, no masculino e no singular, como expressão de um segmento que é tudo, menos branco e masculino.

De toda forma, se convencionou pensar e tratar “os evangélicos” como um grupo homogêneo, com características conservadoras e altamente aderente à influência de suas lideranças, o que justificaria falar sobre um tal “voto evangélico” avassaladoramente conservador e “naturalmente de direita”. Tal percepção pasteurizada do segmento evangélico brasileiro, ignora a sua diversidade, as disputas em seu interior, a sujeitividade de seus adeptos e adeptas, as distintas posições políticas de suas lideranças e a própria complexidade dos arranjos políticos que envolvem táticas e estratégias que escapam a uma leitura estereotipada desse contingente.

Nas eleições de 2022, Bolsonaro, desde o início das pesquisas de intenção de voto para a presidência da República, sempre esteve à frente de Lula junto ao eleitorado evangélico. O eleitorado evangélico corresponde a algo em torno de 25% dos eleitores e eleitoras brasileiras, portanto, os diferentes candidatos investiram fortemente na aproximação a esse segmento. No início do processo eleitoral, as pesquisas indicavam uma pequena vantagem de Bolsonaro em relação a Lula junto ao público evangélico, mas com o passar dos meses, ele subiu fortemente na preferência desse segmento. Certamente ele contou com a forte campanha de lideranças midiáticas como Silas Malafaia e Edir Macedo, bem como com nomes político-religiosos de grande projeção junto aos evangélicos, em especial das Assembleias de Deus, das Igrejas Batistas e também Presbiterianas, mas mesmo assim, com todo um exército de pastores o apoiando, ele encontrou resistência junto ao eleitorado evangélico feminino que, enfatizamos, não pode ser dissociado das avenidas identitárias que o atravessam.

A resistência do eleitorado feminino a Bolsonaro tem sido lida considerando diferentes aspectos relacionados às demandas de gênero já mencionadas anteriormente. A pesquisa do ISER mencionada anteriormente, levantou diversos dados acerca das percepções das mulheres evangélicas sobre política e cidadania, propiciando uma maior aproximação com essa “metade maior” que desaparece sob o genérico androcêntrico “evangélicos”. Os dados foram analisados pelas coordenadoras da pesquisa, Jacqueline Teixeira e Lívia Reis, que buscaram entender “a importância da igreja na vida cotidiana dessas mulheres” (2023, p. 19) e como isso influencia suas escolhas e negociações políticas.

A religião vivida, aquela que é tecida pela vida ordinária, evidencia aquilo que as institucionalidades não conseguem demonstrar. Há todo um processo de interpretação, negociação e elaboração política que as

mulheres evangélicas desenvolvem e que não pode ser reduzido a uma leitura homogeneizante desse segmento. É o olhar sobre o cotidiano que permite o entendimento da forma como elas avaliam e decidem sobre política.

Isso pode ser verificado, como já mencionamos anteriormente, no fato de que as eleitoras evangélicas tendem a rejeitar pautas armamentistas (TEIXEIRA e REIS, 2023, p. 24), muito especialmente entre mulheres pretas de periferia. A ênfase no armamento da população é vista com reservas por elas, que sabem que na vida real isso pode significar a perda de seus filhos. Para quem vive sob a ameaça cotidiana da morte, é necessário desenvolver negociações diárias para seguir vivendo em um sistema que vê seus filhos e a elas mesmas como seres sacrificáveis.

Essa aversão à violência também se mostra numa rejeição à forma belicosa como Bolsonaro se apresentava em lugares públicos e na mídia durante o seu governo e na campanha eleitoral. Seu jeito agressivo no trato com as pessoas e a auto exaltação da sua potência sexual, terminou gerando certa aversão a ele por parte das mulheres, apesar de fazer o “tipo” de parcela importante do eleitorado masculino, que enxerga nele o modelo de masculinidade a ser seguido.

Talvez tenha sido nesse quesito a contribuição mais visível de Michelle Bolsonaro na campanha. Apesar de ser atribuída a ela a capacidade de amenizar essa figura do marido, parece haver um elemento mais forte que precisa ser pensado: há uma empatia das mulheres evangélicas com a ex primeira-dama. De certa forma ela vive o que um grande número de mulheres evangélicas também vive: tem um marido (ou ex-marido, ou pai, ou outros homens de suas relações) que é agressivo, que não demonstra gestos de carinho pela esposa, que é machista etc. Um marido não plenamente convertido e pelo qual é necessário orar sem cessar. Isso compõe uma das mais significativas narrativas para essas mulheres. A luta pela conversão do marido e sua consequente transformação e, portanto, a transformação das relações familiares (MACHADO, 1996), é seu grande desejo.

Outro atravessamento de gênero para compreendermos a maior rejeição de mulheres evangélicas ao candidato Bolsonaro, tem a ver com o tema do cuidado e o período da pandemia. Considerando toda a demanda por cuidado da família que recai sobre as mulheres, a desastrosa gestão da pandemia pelo governo também teve como resultado uma desidentificação das mulheres com Bolsonaro. Aqui nos referimos a desidentificação, porque muitas dessas mulheres evangélicas votaram nele em 2018.

Mas é também essa figura do cuidado que tem sido acionada por diferentes lideranças religiosas e diferentes políticos ou partidos políticos reacionário-conservadores. A proteção da família é uma das pautas mais reivindicadas por esses grupos, e isso provoca uma identificação imediata das mulheres:

ainda que “família” tenha sido um elemento insistente no discurso bolsonarista, coube ao ministério de Damares construir a materialidade dessas afirmações. Para isso, fez uso do repertório de políticas públicas para mulheres, crianças e idosos desenvolvidas nos governos anteriores, agora redesenhadas, restringidas e reorganizadas sob o nome de “políticas públicas familiares”. Isso conferiu ao governo Bolsonaro um certo reconhecimento por promover políticas de cuidado e de assistência, ainda que, ironicamente, o Ministério tenha aplicado o menor percentual de orçamento público dos últimos tempos. (TEIXEIRA e REIS, 2023, p. 25)

Proteger a família, no entanto, no discurso bolsonarista, significaria basicamente se opor ao que chamam de “ideologia de gênero”, combater o que classificam de “doutrinação das crianças na escola”, obstaculizar avanços e retroceder em relação aos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres e da população LGBT etc. Portanto, o que tem orientado o debate sobre família no país é basicamente a agenda moral sexual, e essa percepção povoa a mente das mulheres evangélicas e é potencializada pelo discurso religioso.

Bolsonaro conseguiu se aproximar das mulheres evangélicas (e de católicas também) pela pauta de costumes. E mais uma vez teve a ajuda de uma mulher. Talvez a sua porta-voz mais eloquente tenha sido a ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos e pastora Damares Alves. Já desde o seu discurso de posse, em janeiro de 2019, a então ministra reafirmou a sua posição contra o aborto, e se posicionou contra o que chamou de doutrinação ideológica, referindo-se às questões de gênero. Junto a seus apoiadores ela foi filmada dizendo que “menino veste azul e menina veste rosa”. Ela foi uma das mais atuantes junto ao grupo que compunha a Declaração de Consenso de Genebra. Esse grupo reúne países que defendem pautas morais conservadoras¹³.

¹³ Dentre as nações participantes, o Brasil passou a assumir a liderança após a derrota de Donald Trump nas eleições presidenciais estadunidenses, já que o ex-presidente dos Estados Unidos era o principal aliado do Brasil neste acordo. O Brasil se retirou do Consenso de Genebra em 2023 após a eleição de Lula como presidente da República. Assinam a Declaração de Genebra os seguintes países: Bahrein, Bielo-Rússia, Benin, Burkina Faso, Camarões, Congo, República Democrática do Congo, Djibuti, Egito, Emirados Árabes, Suazilândia, Gâmbia, Haiti, Hungria, Indonésia, Iraque, Quênia, Kuwait, Líbia, Nauru, Níger, Omã, Paquistão, Polônia, Arábia Saudita, Senegal, Sudão do Sul, Sudão, Uganda e Zâmbia.

A forte capacidade de recepção dessa agenda moral sexual tem várias explicações, mas reforçamos aqui, em especial, o acionamento do pânico moral (COHEN, 2004) em torno da ideia de que a tal da “ideologia de gênero” promoveria a destruição da família. Esse pânico se estende também aos sujeitos e organizações que estariam promovendo o que entendem como ações contra a família: feministas, comunistas e, como denominam, esquerdistas, gaysistas etc. Essa construção do inimigo não começou agora. A própria noção de ideologia de gênero já estava posta na década de 1990, mas esse debate se acirrou ainda mais no Brasil a partir das discussões que envolveram a retirada das diretrizes de gênero do Plano Nacional de Educação, e o governo Bolsonaro mobilizou essa pauta para fortalecer sua aliança com setores católicos e evangélicos conservadores. Em poucas palavras, movimentos reacionário-conservadores se apropriaram da bandeira da família. Não é preciso dizer que isso ocorreu em diversos momentos da história. O próprio lema fascista integralista Deus, Pátria, Família já o demonstra. E é aí que está um dos maiores desafios não apenas do novo governo, mas também dos movimentos sociais, das religiões e da academia: trazer o debate público sobre família para um outro patamar. Com isso não se está sugerindo secundarizar as pautas de direitos reprodutivos e sexuais, mas nos associamos aos grupos que defendem a necessidade de explicitar que o investimento em políticas públicas relacionadas ao combate à fome, ao acesso à escola, ao acesso à saúde, ao incremento da cultura etc, é também investimento na família.

É importante destacar um outro aspecto que também precisa ser avaliado quando tentamos entender o comportamento eleitoral de algumas mulheres evangélicas: o temor pelo fechamento de igrejas. Aqui eu acho que há uma diferença qualitativa para o medo das mulheres. Não me parece que seja exclusivamente nem principalmente o medo da falência institucional ou do reinado do ateísmo no país. O fechamento das igrejas para as mulheres evangélicas significa o fechamento do seu principal espaço de sociabilidade, também do seu espaço de proteção, no sentido de funcionar como espaço de solidariedade em situações de conflito familiar. Além disso, a Igreja é vista também como instituição provedora, que cuida delas e de suas famílias. A centralidade da igreja na vida dessas mulheres precisa ser entendida com mais profundidade.

Por fim, uma leitura que tome em conta as vivências das mulheres, seu cotidiano e suas negociações com sistemas políticos e religiosos, não se

contenta com a afirmação da existência de um “voto da mulher evangélica”. O universo evangélico é bastante heterogêneo, assim como as mulheres que a ele aderem, e suas relações com a institucionalidade religiosa e também com a política, não se reduzem à asséptica equação votar ou não votar na direita ou na esquerda.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro / Pólen, 2019.
- BURITY, Joanildo. Duas formas de religião pública e democracia nas eleições de 2022. **Research Gate**, 2023, p. 1-16. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/368241254_Duas_formas_de_religiao_publica_e_democracia_nas_eleicoes_de_2022
- CFEMEA. **Perfil parlamentar(2023-2026) sob a ótica da agenda feminista**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/12BiWImCjiNho1SI-KcgLJ1r-g0ucMczL/view> Acesso em 13 de jun. 2023.
- COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics**. London: Routledge, 2004.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, Iss. 1, Article 8, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=ucf> Acesso em 11 de nov. 2022.
- CUNHA, Christina Vital da; MOURA, João Luiz. Identidades, números e histórias de evangélicos nas eleições 2020. **Comunicações do ISER**, v.40, p.7 - 11, 2021.
- CUNHA, Christina Vital. Irmãos contra o império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil. **Debates Do NER**, 1(39), 2021, p. 13–80. <https://doi.org/10.22456/1982-8136.116028> Acesso em: 02 de maio 2023.
- DATAFOLHA. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra. **Folha de S.Paulo**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em 20 de out. 2023.
- FRESTON, P. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, São Paulo, 1993.
- ISER. **Pesquisa do ISER levanta mapa da identidade religiosa dos deputados e deputadas federais empossados**. ISER, 2022a. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/pesquisa-do-iser-levanta-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-diplomados/> Acesso em 05 de fev. 2023.
- ISER. **Mulheres evangélicas para além do voto: concepções sobre política e cotidiano**. ISER, 2022b. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/mulheres-evangelicas-para-alem-do-voto-concepcoes-sobre-politica-e-cotidiano/> Acesso em: 20 de out. 2023.

ISER. **Mulheres evangélicas, política e cotidiano**. ISER, 2022c. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1cnbk1Ki4qUG8JZXP9YNpRZ-UoYk_3BLz/view

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Carismáticos e pentecostais: Adesão religiosa na esfera familiar**. São Paulo: ANPOCS, 1996.

PIERUCCI, A. F. Os representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, n.11, pp. 104-132, 1989.

SOUZA, Sandra Duarte de. Mulheres evangélicas na política: tensionamentos entre o público e o privado. **Horizonte**, v. 13, n. 39, p. 1261-1295, 30 set. 2015. Disponível em: 10.5752/P.2175-5841.2015v13n39p1261 Acesso em: 17 de out. 2022.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; REIS, Lívia. Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 11-64, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.130730> Acesso em: 03 de maio 2023.

ZALUAR, Alba; GONÇALVES, Rafael Bruno. Religious discourses and politics in Brazil: The conservative evangelical parliamentary front. **Language, Discourse & Society**, v. 2, 2019, p. 107-122. Disponível em: <https://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.desklight-65858361-f04d-45b3-b8e9-3cb4633501ee> Acesso em 02 de nov. 2022.

Submetido em: 16-11-2023

Aceito em: 17-12-2023